

# IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



### QUEM O ESTADO PROTEGE? UM EMBATE ENTRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE E O PODER DE POLÍCIA DO ESTADO NAS FAVELAS

**Amanda Dias Almeida<sup>1</sup>, Ana Clara Gomes da Rocha<sup>2</sup>, Regina Vieira Lopes<sup>3</sup>, Diogo Dimas Bento Serafim<sup>4</sup>**

**Resumo:** Com a estruturação do Estado e, consequentemente, a monopolização do poder de tutela, esse passa a exercer sua função por meio das atividades administrativas, sendo foco deste trabalho a prestação de Serviço Público e o Poder de Polícia, personificados, respectivamente, pelo Sistema Único de Saúde e pelas operações antidrogas. Surge um embate entre elas no que tange às operações realizadas em favelas, já que de um lado há a tentativa de prestação de serviço à saúde e de outro a busca por segurança. Assim, há o objetivo de compreender quem realmente o Estado tenta proteger nas operações policiais envolvendo confrontos armados nas favelas. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa e descritiva a partir da análise de revistas e artigos científicos. Por meio do Poder de Polícia o Estado regula ações privadas com intuito de tutelar o interesse público, destarte a incisividade das operações policiais contra as drogas, mostra-se uma tentativa deste em cessar o comércio destas e, por conseguinte, diminuir a criminalidade e garantir segurança à coletividade. Mas, sendo uma garantia de segurança, surgem as indagações: em que ponto o poder de polícia poderá estar intervindo na execução de outra garantia estatal e a quem o Estado protege ao realizar confrontos armados nas favelas? Com 80% dos brasileiros dependendo do Sistema Único de Saúde para atendimentos médicos, este mostra-se uma peça valiosa para garantir saúde a todos. Tal acessibilidade é uma tarefa árdua para populações marginalizadas e tem se tornado mais difícil com as interrupções geradas pela violência armada envolvendo o Estado. Isso pois, os tiroteios ocorridos nas favelas não permitem a garantia aos serviços públicos de saúde, pois os moradores de favelas não conseguem tratar suas respectivas enfermidades, nem prevenir futuras, além do agravante gerado à saúde mental desses. Evidencia-se, por último, a relação presente com a necropolítica, visto que o panorama narrado é considerado umas das consequências causadas por esta, sendo visível a marginalização e o poder sobre a vida e a morte que se tem sobre as favelas. Com isso, nota-se que além

<sup>1</sup> Estudante da Universidade Regional do Cariri, email: amanda.dias@urca.br

<sup>2</sup> Estudante da Universidade Federal do Cariri, email: anaclara.gomesdarocha@urca.br

<sup>3</sup> Estudante da Universidade Regional do Cariri, email: regina.lopes@urca.br

<sup>4</sup> Professor da Universidade Regional do Cariri, email: diogo.serafim@urca.br

# IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



de expor as pessoas pertencentes às comunidades periféricas a cenários de violência e conflitos bélicos, o Estado está ceifando muitos outros direitos, como o tratado presentemente: o acesso à saúde. Conclui-se que o embate existente entre os serviços mencionados mostra a tutela do Estado voltada ao poder de polícia, omitindo, por vezes, a prestação de saúde pública, em especial, por pessoas que fazem parte da chamada necropolítica.

**Palavras-chave:** Confrontos armados. Acesso à saúde. Comunidades periféricas. Necropolítica.